


M01 - AGENTE ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO



Tipo de Prova
2

Turno: MANHÃ
Nível: MÉDIO COMPLETO
Duração da prova: 3h30min

 É obrigatório marcar o tipo de prova no cartão de respostas para que sua prova seja corrigida. A não marcação resultará na não leitura do cartão, o que implicará na eliminação automática do(a) candidato(a) do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela.” (Paulo Coelho)

Você recebeu do Fiscal da Sala os seguintes materiais:

- O Cartão de Respostas e a Prova Objetiva. Verifique se os dados impressos no Cartão de Respostas está correto. Caso haja irregularidade, comunique-a imediatamente ao Fiscal da Sala.
- Este caderno de Questões contém **50 QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA** distribuídas em **PÁGINAS NUMERADAS**. Ao terminar a conferência no Caderno de Questões, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
- Verifique se a prova recebida é do cargo correspondente ao que você se inscreveu.

Por motivo de segurança:

- Só é permitido o uso de caneta esferográfica, fabricada em material transparente, preferencialmente, de tinta preta.
- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

ATENÇÃO:

- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- O Cartão de Respostas é personalizado, impossibilitando sua substituição.
- O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Leia o trecho a seguir:

"Prezados cidadãos, informamos que, devido à manutenção programada em nossa rede, o atendimento estará indisponível das 22h do dia 10 às 6h do dia 11. Agradecemos a compreensão."

Esse texto é um exemplo de qual gênero textual?

- (A) Receita técnica.
- (B) Crônica narrativa.
- (C) Aviso institucional.
- (D) Carta argumentativa.
- (E) Editorial jornalístico.

Questão 2

Leia o trecho abaixo de uma propaganda de um banco:

"Com o nosso cartão, você tem o mundo na palma da mão."

Com base nos sentidos das palavras, é correto afirmar que o trecho faz uso de linguagem:

- (A) jurídica, pois trata da responsabilidade contratual entre banco e cliente.
- (B) científica, pois demonstra os efeitos econômicos do cartão de crédito.
- (C) conotativa, pois utiliza uma metáfora para expressar praticidade e alcance global.
- (D) técnica, pois descreve a função literal do cartão bancário.
- (E) denotativa, pois apresenta uma informação objetiva sobre o uso do cartão.

Questão 3

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente, de acordo com as regras da ortografia oficial.

- (A) chegar – exceção – privilégio.
- (B) encherger – exceção – privilégio.
- (C) chegar – excessão – privilégio.
- (D) encherger – exceção – previlégio.
- (E) chegar – excessão – privilégio.

Questão 4

Observe a frase abaixo:

"Joana comprou os livros. Joana colocou os livros na estante. Joana organizou os livros por tema."

Assinale a alternativa que reescreve as frases de forma coesa.

- (A) Joana comprou os livros e colocou os livros e organizou os livros.
- (B) Joana comprou os livros. Comprou, colocou, organizou.
- (C) Joana comprou os livros e depois ela colocou eles na estante e organizou por tema.
- (D) Joana comprou os livros, os colocou na estante e os organizou por tema.
- (E) Joana comprou os livros, colocou os livros na estante e Joana organizou os livros.

Questão 5

Assinale a alternativa em que há correspondência correta entre as palavras e seus sinônimos.

- (A) Sábio – confuso / Humilde – prepotente / Prever – esquecer.
- (B) Sábio – ignorante / Hostil – amigável / Breve – eterno.
- (C) Humilde – arrogante / Contudente – suave / Prever – calcular.
- (D) Contornar – evitar / Hostil – agressivo / Breve – rápido.
- (E) Hostil – afetuoso / Contornar – evitar / Breve – demorado.

Questão 6

Leia o texto abaixo:

“O Ministério da Cultura do México e o Instituto Nacional de Antropologia e História (INAH) tomaram medidas legais e diplomáticas contra um leilão de mais de 20 peças pré-hispânicas em Nova York. Até 18 de maio a casa Sotherby’s oferece objetos da cultura maia e olmeca, entre outras, que os especialistas mexicanos consideram ‘monumentos arqueológicos’. O país latino-americano prossegue a luta para recuperar o patrimônio que se expõe na Europa e nos Estados Unidos e que não tem um bom histórico recente: em fevereiro, a casa Christie’s arrecadou três milhões de dólares (15,8 milhões de reais) num leilão de peças pré-hispânicas em Paris. As autoridades mexicanas apresentaram uma queixa ao procurador-geral da República e ‘contra quem for o responsável’ pela venda dessas peças, algumas das quais poderão ser vendidas por até 70.000 dólares (369.000 reais), segundo estimativas da casa de leilões. A venda on-line começou no dia 11 de maio e os interessados poderão disputar esses tesouros pré-hispânicos até o dia 18, no âmbito do leilão anual de arte da África, Oceania e América, em que também são comercializados objetos provenientes da Colômbia, Madagascar e Fiji ‘recém-chegados ao mercado’, segundo a promoção da firma britânica. Por causa das restrições da pandemia de covid-19 nos Estados Unidos, quem desejar ver os objetos em Nova York antes dos lances deve marcar um horário. Tanto o Ministério da Cultura como o INAH, no entanto, concentram seus esforços na contenção do ‘tráfico ilícito de bens culturais’ e na recuperação do ‘patrimônio mexicano’ no exterior. No lote, há, por exemplo, um machado maia do clássico tardio (entre os anos 550 e 950) que tem preço estimado entre 50.000 e 70.000 dólares. Até a manhã desta sexta-feira, três pessoas já tinham feito ofertas e o valor atual é de 38.000 dólares (201.000 reais). O objeto, uma efígie que poderia ser a representação de um jaguar, um morcego ou uma cobra, estava relacionado ao jogo de bola, mas seu uso ainda não está claro para os peritos, segundo a casa de leilões em seu site. Em relação à sua procedência, a Sotherby’s apenas explica que a Albright-Knox Art Gallery, em Buffalo, adquiriu a peça em 1944 de seus proprietários anteriores. Além disso, em algum momento lhe foi acrescida uma base de madeira confeccionada pelo artista japonês Kichizo Inagaki.”

Fonte (adaptada): <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-05-14/mexico-denuncia-um-leilao-de-mais-de-20-pecas-pre-hispanicas-em-nova-york>

Com base na leitura do texto, assinale a alternativa que melhor expressa o posicionamento das autoridades mexicanas diante do leilão mencionado.

- (A) O governo mexicano autorizou a venda das peças para arrecadar recursos em meio à pandemia.
- (B) As autoridades mexicanas ignoraram o leilão por se tratar de peças de valor simbólico e não histórico.
- (C) O Ministério da Cultura e o INAH consideram as peças pré-hispânicas como patrimônio nacional e tomaram medidas contra sua comercialização internacional.
- (D) As autoridades mexicanas apoiaram a venda desde que parte do valor fosse revertido ao país.
- (E) O México negociou diretamente com a casa Sotherby’s para adquirir todas as peças de volta.

Questão 7

Leia atentamente o trecho a seguir:

“O inesperado comportamento da criança causou espanto em todos.”

Com base na análise morfológica das palavras, assinale a alternativa que apresenta a correta identificação dos elementos que compõem a palavra “inesperado”.

- (A) Radical + sufixo.
- (B) Prefixo + radical + sufixo.
- (C) Radical + desinência verbal.
- (D) Radical + vogal temática + sufixo.
- (E) Radical apenas.

Questão 8

Considere as frases abaixo:

- I. Ela prefere filmes a séries.
- II. A diretoria assistiu ao documentário sobre educação.
- III. A aluna ansiava com bons resultados na prova.

Assinale a alternativa que apresenta o indicativo do uso correto da regência verbal e nominal grifadas.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) Apenas II.
- (E) Apenas I e II.

Questão 9

Leia o diálogo entre dois adolescentes:

- E aí, mano, beleza? Cê vai colar lá na festa hoje?
- Demorô! Já falei pra galera que nós tá junto!

Com base nesse diálogo, assinale a alternativa que melhor explica a relação entre linguagem oral e escrita formal.

- (A) O diálogo está gramaticalmente correto e pode ser transcrito diretamente para uma redação dissertativa.
- (B) A linguagem utilizada é padrão formal e adequada a qualquer situação comunicativa.
- (C) O uso de gírias e construções informais mostra como a oralidade difere da escrita padrão.
- (D) A escrita representa um erro de digitação e não tem relação com a oralidade.
- (E) O texto utiliza vocabulário técnico e especializado da linguagem juvenil formal.

Questão 10

Leia o trecho abaixo com atenção:

“A professora chegou atrasada, explicou rapidamente o conteúdo, respondeu às dúvidas... e saiu apressada.”

Sobre o uso dos sinais de pontuação no trecho acima, assinale a alternativa correta.

- (A) As vírgulas separam orações coordenadas e o uso das reticências indica interrupção abrupta.
- (B) A vírgula após “atrasada” é incorreta e deveria ser substituída por ponto e vírgula.
- (C) As reticências sugerem continuidade da ação ou marca de suspense, mantendo a fluidez narrativa.
- (D) O uso das reticências é inadequado porque deveria ser substituído por ponto de exclamação.
- (E) As vírgulas e reticências não exercem nenhuma função sintática ou estilística no texto.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO**Questão 11**

Uma loja de eletrônicos decide oferecer inicialmente um desconto de 10% sobre o preço de etiqueta de um smartphone e, posteriormente, realiza um reajuste de 10% sobre o valor já reduzido, com o objetivo de compensar parte da margem.

Ao concluir esse ciclo de desconto e acréscimo, qual será o preço final do produto em comparação ao valor original de R\$ 200,00?

- (A) R\$ 198,00.
- (B) R\$ 200,00.
- (C) R\$ 201,00.
- (D) R\$ 202,00.
- (E) R\$ 195,00.

Questão 12

Em um estudo de gastronomia experimental, um confeitoiro estabelece que a proporção ideal entre farinha e açúcar em sua receita de biscoitos artesanais deve ser de 3:2, para garantir textura e sabor equilibrados.

Se ele utiliza 450 g de farinha de trigo, qual a quantidade de açúcar que deve adicionar para manter essa proporção?

- (A) 200 g.
- (B) 250 g.
- (C) 275 g.
- (D) 300 g.
- (E) 305 g.

Questão 13

Em uma fábrica automotiva, a velocidade de produção de componentes em uma linha de montagem foi aferida e constatou-se que ela é inversamente proporcional ao número de operadores alocados. Isto é, quanto mais operadores, menor é o número de peças produzidas por cada um, mantendo-se o mesmo ritmo global de trabalho.

Sabendo que, com 4 operadores, a linha produz 60 peças em uma hora, quantas peças serão produzidas em uma hora por uma equipe de 6 operadores, mantendo idênticas as condições de operação?

- (A) 40
- (B) 45
- (C) 48
- (D) 50
- (E) 90

Questão 14

Três estudantes participam de um jogo de lógica: se o estudante A mentir, então o estudante B deve dizer a verdade; se o estudante A disser a verdade, então o estudante C mente.

Sabendo-se que, ao final, o estudante C afirmou uma informação verdadeira, qual conclusão lógica se impõe sobre o comportamento de B?

- (A) A mentiu.
- (B) B contou a verdade.
- (C) A contou a verdade.
- (D) B mentiu.
- (E) Não há conclusão.

Questão 15

Em um desafio de construção de quadrados mágicos, exige-se que cada linha, cada coluna e as duas diagonais principais somem 15 pontos, utilizando os números de 1 a 9, sem repetição. Já se sabe que os valores na diagonal principal (da esquerda para a direita, de cima para baixo) são 8, 5 e 2.

Qual número deve ser inserido na célula da primeira linha, terceira coluna, para que todas as somas sejam 15?

- (A) 3
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 6
- (E) 7

Questão 16

Em um curso de avaliação de desempenho acadêmico, são atribuídas notas 6, 8 e 10 a três projetos distintos, com pesos 1, 2 e 5, respectivamente, conforme a relevância de cada tarefa.

Qual é a média ponderada dessas avaliações?

- (A) 8
- (B) 8,5
- (C) 9
- (D) 9,5
- (E) 10

Questão 17

Em uma pesquisa sobre padrões de crescimento populacional em comunidades rurais, foi observado que o número de famílias em uma pequena vila segue uma regra: a cada ano, o total de famílias é igual à soma das famílias dos dois anos anteriores, diminuída de uma unidade, em função de migrações eventuais.

Sabendo que, em 2018, havia 2 famílias, e em 2019, 4 famílias, em que ano a população de famílias atingirá exatamente 12?

- (A) 2021
- (B) 2022
- (C) 2023
- (D) 2020
- (E) 2024

Questão 18

Considere as seguintes fórmulas lógicas envolvendo proposições P e Q.

Qual das afirmações é sempre verdadeira independentemente dos valores de P e Q?

- (A) $(P \vee Q) \wedge \neg P$.
- (B) $(P \wedge Q) \vee (\neg P \wedge \neg Q)$.
- (C) $\neg(P \wedge (\neg P \vee Q))$.
- (D) $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow (\neg Q \rightarrow \neg P)$.
- (E) $(P \wedge Q) \rightarrow P$.

QUESTÃO 19

Em uma situação cotidiana, João afirma ter atualmente o triplo da idade de Maria. daqui a dois anos, eles somarão juntos 52 anos.

Considerando essas informações, qual é a idade atual de João?

- (A) 32
- (B) 33
- (C) 34
- (D) 36
- (E) 38

Questão 20

Durante uma discussão em aula de Lógica, procura-se a forma negada de uma proposição condicional clássica: “Se hoje é dia de prova, então eu estudei todo o conteúdo.”

Qual é a expressão lógica que representa corretamente a negação dessa condicional?

- (A) $P \wedge \neg Q$.
- (B) $\neg P \wedge Q$.
- (C) $P \vee Q$.
- (D) $Q \wedge \neg P$.
- (E) $\neg(P \wedge Q)$.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questão 21**

Considere um ambiente em que usuários precisam gerenciar permissões, atualizar drivers de hardware e utilizar ferramentas administrativas para monitoramento do desempenho do sistema operacional.

Com base nessas ações, qual dos sistemas abaixo oferece suporte robusto a esse tipo de gerenciamento?

- (A) Android.
- (B) Windows.
- (C) MS-DOS.
- (D) IOS.
- (E) BIOS.

Questão 22

Durante a realização de tarefas críticas em uma organização pública, um servidor percebe que um *ransomware* criptografou arquivos importantes em seu computador. Ele recorre ao backup automático armazenado em um servidor seguro e recupera os dados com sucesso.

Com base nessa situação, qual é a boa prática de proteção digital corretamente aplicada?

- (A) Reiniciar o computador várias vezes para desbloquear os arquivos.
- (B) Usar um antivírus portátil para descriptografar os dados.
- (C) Transferir os arquivos para outro usuário da rede.
- (D) Conectar o computador à internet para atualizar o sistema.
- (E) Manter rotinas de backup e armazenar cópias em locais protegidos.

Questão 23

Durante o diagnóstico de falhas em um computador, um técnico observa que a placa-mãe está operando normalmente, mas o processador apresenta aquecimento excessivo.

Qual componente do hardware é diretamente responsável pelo resfriamento dessa unidade e pela prevenção de falhas térmicas?

- (A) Memória RAM.
- (B) Fonte de alimentação.
- (C) Cooler ou sistema de dissipação térmica.
- (D) Slot de expansão PCIe.
- (E) BIOS.

Questão 24

Ao montar uma estação de trabalho para edição gráfica, um técnico escolhe um monitor 4K, um mouse de alta precisão e um SSD de 1TB.

Esses componentes são classificados respectivamente como:

- (A) dispositivos de saída, entrada e armazenamento.
- (B) dispositivos de processamento, entrada e saída.
- (C) dispositivos de rede, memória e disco.
- (D) interfaces de software, periféricos e drivers.
- (E) entradas binárias, portas lógicas e slots.

Questão 25

Um sistema de controle de acesso utiliza um token físico, senha pessoal e uma verificação de biometria para autorizar o login de seus usuários.

Essa abordagem é baseada em quais princípios da segurança digital?

- (A) Compressão e criptografia.
- (B) Redundância e integridade.
- (C) *Backup* e atualização automática.
- (D) Autenticação multifator e controle de acesso.
- (E) *Firewall* e *sandboxing*.

Questão 26

Uma empresa configurou sua rede interna com topologia em estrela, utilizando switches gerenciáveis e adotando o protocolo TCP/IP para comunicação entre estações.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que descreve corretamente os elementos envolvidos.

- (A) A topologia em anel e o uso do protocolo FTP para controle de tráfego.
- (B) A topologia de barramento com suporte exclusivo ao protocolo UDP.
- (C) A arquitetura mesh utilizando protocolos Bluetooth e Zigbee.
- (D) A rede peer-to-peer com protocolo SMTP.
- (E) A topologia em estrela e o uso do protocolo TCP/IP.

Questão 27

Durante o suporte a um usuário, um técnico identifica que ele está tentando realizar backup com o Bloco de Notas e abrir vídeos com o Excel. Para corrigir esse uso indevido, o técnico explica a diferença entre os softwares.

Qual das alternativas explica corretamente a classificação dos softwares?

- (A) Word é utilitário, Excel é básico, e Bloco de Notas é aplicativo.
- (B) Windows é sistema básico, Excel é aplicativo, e antivírus é utilitário.
- (C) Antivírus é aplicativo, Paint é sistema básico, e BIOS é aplicativo.
- (D) Excel é básico, navegador é utilitário e sistema operacional é aplicativo.
- (E) Word é sistema operacional, Excel é driver e antivírus é BIOS.

Questão 28

Um servidor público precisa organizar uma planilha de controle de horas com fórmulas de soma, média e validação de dados. Ao mesmo tempo, deve redigir um relatório com sumário automático, cabeçalho e marcações de revisão.

Com base nesse cenário, quais ferramentas atendem às duas demandas com excelência?

- (A) Windows Explorer e Bloco de Notas.
- (B) Excel e Paint.
- (C) WordPad e PowerPoint.
- (D) Access e Internet Explorer.
- (E) Microsoft Excel e Microsoft Word.

Questão 29

Em uma residência conectada à internet, os dispositivos são interligados por meio de um roteador Wi-Fi, permitindo o acesso à rede sem fio em todos os cômodos. Em empresas, esse princípio se aplica com maior complexidade e controle.

Esse tipo de estrutura corresponde ao conceito de rede denominado:

- (A) LAN – Rede Local.
- (B) WAN – Rede Ampla.
- (C) MAN – Rede Metropolitana.
- (D) PAN – Rede Pessoal.
- (E) CAN – Rede de Campus.

Questão 30

Durante uma análise de segurança, um técnico identificou tentativas de invasão em vários pontos da rede. Para mitigar riscos, foram adotadas medidas como firewall de borda, uso de antivírus atualizados e autenticação multifator.

Essas medidas se relacionam a que tipo de estratégia de segurança?

- (A) Engenharia reversa.
- (B) Testes de usabilidade.
- (C) Proteção contra ameaças digitais.
- (D) Virtualização de serviços.
- (E) Compactação de dados.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 31

Um servidor municipal lavra um auto de infração com erro no número da inscrição do contribuinte, mas todos os demais elementos do ato — como a descrição da conduta, a norma violada e o valor da penalidade — estão corretos. O contribuinte apresenta defesa alegando nulidade absoluta. Após análise, a autoridade decide manter o ato, corrigindo apenas o erro material.

Com base nas regras sobre atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato deve ser considerado nulo de pleno direito, pois qualquer erro em sua formalização impede a produção de efeitos jurídicos válidos.
- (B) A única solução seria a revogação do ato por conveniência administrativa, com posterior emissão de novo auto de infração.
- (C) A invalidade do ato é insanável, pois envolve vício de objeto e compromete o exercício regular do poder de polícia.
- (D) A Administração deve anular o ato e arquivar o processo, pois não é possível corrigir nenhum elemento de auto de infração já lavrado.
- (E) O erro pode ser convalidado, pois não compromete os elementos essenciais do ato e sua correção não viola o interesse público nem causa prejuízo ao administrado.

Questão 32

Durante um processo seletivo para contratação temporária, um candidato perguntou à comissão organizadora se o vínculo resultante seria de cargo público, emprego público ou função pública. O coordenador explicou que a contratação seria feita por tempo determinado, com base em necessidade temporária de excepcional interesse público.

Considerando as categorias de agentes públicos e o regime jurídico aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) O contratado nessa hipótese passa automaticamente a ocupar cargo público em comissão, sendo regido pelo mesmo estatuto dos servidores efetivos.
- (B) A função pública é sinônimo de emprego público, sendo sempre regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- (C) Apenas os cargos públicos são acessíveis por seleção pública, sendo os empregos e funções preenchidos exclusivamente por indicação.
- (D) A contratação por tempo determinado, com base em necessidade temporária de interesse público, configura o exercício de função pública, sem vínculo estatutário nem celetista, e sujeita-se a regime jurídico próprio fixado em lei.
- (E) Os contratados por tempo determinado são considerados servidores efetivos, com estabilidade e direito à aposentadoria integral pelas regras do regime próprio.

Questão 33

Durante uma licitação promovida por uma fundação pública estadual, um dos concorrentes questiona se a entidade poderia assinar diretamente contratos administrativos e executar políticas públicas sem autorização expressa do governador. O pregoeiro explica que, embora integre a Administração Pública, a fundação possui personalidade jurídica própria e autonomia administrativa.

Com base na organização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação pública pertence à Administração direta, pois não exerce poder de decisão autônomo e depende de autorização prévia do chefe do Poder Executivo para atos administrativos.
- (B) A fundação pública integra a Administração indireta, possui personalidade jurídica e capacidade para celebrar contratos administrativos em seu nome, desde que respeite a legislação aplicável.
- (C) A fundação pública é uma entidade privada subvencionada pelo Estado, sem vínculo formal com a estrutura administrativa do poder público.
- (D) As fundações públicas são sempre vinculadas ao Poder Judiciário, pois não exercem funções executivas típicas da Administração direta.
- (E) A atuação das fundações públicas está condicionada à aprovação do Tribunal de Contas antes da prática de qualquer ato de gestão contratual ou financeira.

Questão 34

Leia as afirmativas abaixo sobre as formas de intervenção do Estado na propriedade.

- I. A desapropriação é forma de intervenção que transfere a propriedade ao Estado, mediante indenização prévia em dinheiro, salvo nos casos de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, em que se admite pagamento com títulos;
- II. A requisição administrativa é intervenção temporária e compulsória, cabível em caso de perigo público iminente, com indenização posterior, se houver dano;
- III. A ocupação temporária de bem imóvel depende de processo judicial, pois não é admitida como medida administrativa autônoma;
- IV. A servidão administrativa permite que o Estado utilize parcialmente propriedade privada para instalação de equipamentos ou serviços de utilidade pública, com indenização ao proprietário.

Com base nessas afirmativas, assinale a alternativa que indica a ordem correta para verdadeiro (V) ou falso (F):

- (A) V – F – V – V
- (B) F – V – F – V
- (C) V – V – V – F
- (D) F – F – V – V
- (E) V – V – F – V

Questão 35

Relacione os conceitos da administração pública digital listados na **COLUNA A** com suas respectivas descrições na **COLUNA B**.

COLUNA A

1. Governo eletrônico.
2. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
3. Transparência ativa.
4. Pedido de acesso à informação.
5. Dado pessoal sensível.

COLUNA B

- () Forma de disponibilização de dados públicos por iniciativa da Administração, sem necessidade de solicitação.
- () Conjunto de políticas públicas e sistemas que promovem o uso da tecnologia da informação para ampliar o acesso e a eficiência dos serviços públicos.
- () Solicitação feita por qualquer cidadão, sem necessidade de motivação, para obter informação pública de órgão estatal.
- () Norma que regula o tratamento de informações pessoais por entidades públicas e privadas, garantindo direitos como consentimento e finalidade.
- () Informação sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, entre outros aspectos do cidadão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de associação entre as colunas A e B.

- (A) 2 – 3 – 5 – 1 – 4
(B) 3 – 1 – 4 – 2 – 5
(C) 1 – 4 – 3 – 5 – 2
(D) 4 – 5 – 2 – 1 – 3
(E) 5 – 2 – 1 – 4 – 3

Questão 36

Leia o trecho a seguir e complete corretamente as lacunas. A responsabilidade civil do Estado por danos causados a terceiros, conforme a Constituição Federal, é fundada na teoria do _____, segundo a qual o dever de indenizar independe de _____. No entanto, podem excluir essa responsabilidade situações como _____, culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro, desde que comprovadas.

Assinale a alternativa que preenche corretamente, na ordem, as lacunas do texto.

- (A) risco integral – dolo – caso fortuito ou força maior
(B) risco administrativo – dolo ou culpa – caso fortuito ou força maior
(C) risco administrativo – culpa – caso fortuito ou força maior
(D) risco social – nexo causal – ato administrativo discricionário
(E) risco administrativo – nexo de causalidade – ação regressiva obrigatória

Questão 37

Um município firma contrato de concessão com uma empresa privada para prestar serviço de abastecimento de água. Após algumas interrupções, os moradores reclamam da qualidade do serviço, e o poder público discute a possibilidade de intervir temporariamente na concessão. Um servidor pergunta se isso fere a autonomia contratual da concessionária e se o município continua responsável pela prestação do serviço.

Com base nos princípios e no regime jurídico dos serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessionária responde integralmente pelo serviço, e o município não pode intervir no contrato sem prévia decisão judicial que autorize a medida.
(B) O serviço de abastecimento de água é considerado atividade econômica em sentido estrito, devendo ser prestado em regime de livre concorrência.
(C) A intervenção na concessão só é cabível se houver concordância da empresa privada e autorização expressa dos usuários do serviço.
(D) O município continua responsável pela adequada prestação do serviço público concedido, podendo intervir na concessão para assegurar a continuidade e o interesse coletivo, nos termos do regime jurídico da concessão.
(E) Os serviços públicos concedidos são regidos exclusivamente pelo Código Civil e pelas cláusulas do contrato, afastando-se os princípios do Direito Administrativo.

Questão 38

Um servidor efetivo responde a processo administrativo disciplinar (PAD) por suposta conduta incompatível com suas funções. Ao longo do processo, ele não foi intimado para apresentar defesa prévia nem teve acesso aos documentos que embasaram o relatório da comissão. A autoridade instauradora considerou que, por se tratar de caso simples, bastava o depoimento de uma testemunha.

Com base nas regras que regem o processo administrativo e os princípios constitucionais aplicáveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, que são obrigatórios em qualquer processo administrativo que possa resultar em sanção.
- (B) A ausência de intimação do servidor é irrelevante se a comissão entendeu que havia provas suficientes para a punição.
- (C) A Administração pode dispensar a defesa prévia nos casos em que os fatos imputados forem de conhecimento notório ou tenham sido testemunhados por autoridade superior.
- (D) A ampla defesa é princípio exclusivo do processo judicial, não se aplicando ao processo administrativo disciplinar.
- (E) A autoridade pode formar sua convicção apenas com base em denúncia anônima, dispensando instrução formal quando houver risco à moralidade administrativa.

Questão 39

Durante um curso de formação para novos servidores municipais, um instrutor apresenta o seguinte exemplo: uma autarquia federal impõe sanção a uma empresa por descumprimento de norma regulatória. Um dos participantes questiona se esse tipo de atuação é legítima e qual o vínculo institucional da autarquia com o poder público.

Com base na organização da Administração Pública e nos princípios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) A autarquia integra a Administração Pública indireta e possui personalidade jurídica própria, mas está vinculada ao ente que a criou, devendo respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) A autarquia pertence à Administração direta e atua com autonomia total em relação ao ente político que a instituiu, respondendo apenas por seus atos administrativos internos.
- (C) A imposição de sanções por autarquias é vedada, salvo quando prevista em decreto do Poder Executivo federal ou estadual.
- (D) A autarquia é considerada uma entidade privada de interesse público e, por isso, não integra a estrutura da Administração Pública.
- (E) As autarquias são vinculadas aos tribunais de contas e não ao Poder Executivo, pois sua função principal é controlar a legalidade dos atos públicos.

Questão 40

Durante uma sindicância interna em um órgão da Administração Direta, um servidor comissionado foi advertido por seu superior hierárquico por conduta indevida no ambiente de trabalho. Ao mesmo tempo, o setor jurídico propôs a edição de uma norma interna com orientações gerais de conduta. Outro setor, responsável por fiscalização de ambulantes, aplicou multa a um comerciante por ausência de alvará.

Com base nos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) A advertência se insere no poder de polícia, a norma interna decorre do poder disciplinar e a multa é expressão do poder hierárquico sobre particulares.
- (B) O poder regulamentar depende sempre de lei complementar e só pode ser exercido pelo chefe do Poder Executivo estadual ou federal.
- (C) O poder hierárquico fundamenta a advertência ao servidor, o poder regulamentar permite a edição da norma interna e o poder de polícia sustenta a aplicação da multa ao comerciante.
- (D) O poder disciplinar permite a sanção ao ambulante, desde que ele tenha vínculo com a Administração.
- (E) O poder de polícia justifica a advertência ao servidor comissionado, mas não a imposição de multa a particulares.

NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 41**

Um município institui, por lei ordinária, uma cobrança sobre os proprietários de imóveis residenciais situados em regiões valorizadas por investimentos públicos em iluminação inteligente, câmeras de segurança e internet gratuita. O objetivo declarado é custear parcialmente tais melhorias, que beneficiam determinadas áreas urbanas. Durante fiscalização do Tribunal de Contas Estadual, questiona-se se a exação criada possui natureza jurídica compatível com o sistema tributário nacional.

Com base nas espécies tributárias previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de taxa, pois o contribuinte é beneficiado por serviços públicos divisíveis, como segurança e internet, prestados diretamente pelo poder público.
- (B) A cobrança configura contribuição de melhoria, pois decorre de valorização imobiliária por obra pública e deve observar os requisitos do art. 81 do CTN, inclusive limite individual proporcional ao benefício.
- (C) A exação é válida como empréstimo compulsório, dada a urgência e relevância da política pública, desde que prevista em lei ordinária e com restituição futura.
- (D) A cobrança possui natureza de contribuição especial, pois se vincula a uma finalidade específica e a um grupo determinado de contribuintes.
- (E) Trata-se de imposto, pois o fato gerador é a propriedade imobiliária, independentemente de qualquer contraprestação estatal direta.

Questão 42

Durante uma consultoria jurídica a um município de médio porte, surge a seguinte situação: a prefeitura pretende instituir uma “contribuição extraordinária de melhoria urbana” para custear obras de revitalização do centro histórico, argumentando que a Constituição permite a criação de tributos “não expressamente previstos” desde que respeitados os princípios gerais do Direito Tributário.

Diante disso, considerando o conceito e o objeto do Direito Tributário, qual deve ser a orientação jurídica correta?

- (A) A pretensão é válida, pois a competência tributária pode ser exercida por analogia, respeitados os princípios constitucionais e os direitos fundamentais do contribuinte.
- (B) A contribuição pretendida é compatível com a Constituição desde que configure espécie de taxa, ainda que com denominação diversa, vinculada ao serviço de revitalização.
- (C) A criação de tributos atípicos é admitida, desde que tenha base legal e não viole o princípio da capacidade contributiva.
- (D) O município poderá instituir a contribuição desde que haja autorização por meio de lei complementar federal regulamentando essa espécie tributária.
- (E) A instituição pretendida é indevida, pois a Constituição Federal estabelece taxativamente os tributos admitidos no sistema, de modo que o rol previsto no art. 145 é exaustivo e não permite a criação de figuras tributárias atípicas.

Questão 43

Um Estado da Federação institui, por meio de lei ordinária, um adicional de alíquota do ICMS incidente sobre operações com armas de fogo e bebidas alcoólicas. A justificativa legislativa menciona a função extrafiscal do tributo e a necessidade de desestimular o consumo de bens associados à violência e à saúde pública. Em ação direta de inconstitucionalidade, a medida é questionada por suposta violação ao princípio da isonomia e à vedação ao confisco.

Com base nas limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- (A) A majoração de alíquota com finalidade extrafiscal é admitida, desde que não se traduza, na prática, em confisco disfarçado ou em violação ao princípio da razoabilidade tributária.
- (B) O princípio da isonomia tributária veda qualquer diferenciação de alíquotas entre produtos, mesmo por razões de política pública, salvo se tratar de produtos essenciais.
- (C) A vedação ao confisco somente se aplica aos impostos federais diretos, como IR e IPI, não alcançando tributos estaduais indiretos como o ICMS.
- (D) A utilização de tributo com finalidade extrafiscal é inconstitucional, pois o sistema tributário nacional deve se pautar unicamente pela arrecadação e neutralidade.
- (E) A majoração de alíquota é válida, desde que o Poder Executivo demonstre que a arrecadação não será destinada a finalidades orçamentárias ordinárias.

Questão 44

Durante uma execução fiscal promovida pela Fazenda Pública Municipal, o contribuinte é citado regularmente, mas não apresenta bens à penhora. A Procuradoria requer a indisponibilidade de ativos financeiros por meio do sistema BacenJud, com base na presunção de insolvência do devedor. A defesa alega que a penhora on-line, por ser medida excepcional, depende de prévia tentativa de constrição por meios menos gravosos.

Considerando o disposto na Lei nº 6.830/1980 e a jurisprudência aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) A penhora on-line é nula se não precedida de tentativa de penhora de bens móveis ou imóveis, conforme prevê expressamente a Lei de Execução Fiscal.
- (B) A utilização do BacenJud depende de requerimento expresso do devedor, que deve indicar previamente contas ou aplicações passíveis de bloqueio.
- (C) A Fazenda Pública deve primeiro promover arresto de bens móveis, e somente após o juiz poderá autorizar penhora on-line, mesmo que sem sucesso anterior.
- (D) A indisponibilidade de ativos por via eletrônica somente é possível após o trânsito em julgado da execução fiscal, como medida excepcional de efetividade da sentença.
- (E) A penhora por meio eletrônico de ativos financeiros é admitida mesmo sem tentativa prévia de outras formas de constrição, desde que haja indícios de ocultação de patrimônio ou resistência à execução.

Questão 45

Uma empresa de transporte de cargas interestaduais contrata serviço de seguro privado para a cobertura de eventuais danos à mercadoria. Em fiscalização, o Fisco estadual entende que o valor do seguro contratado deve ser incluído na base de cálculo do ICMS incidente sobre a operação de transporte, por considerá-lo acessório inseparável do serviço principal. A empresa discorda e recorre judicialmente.

À luz da jurisprudência do STF e da doutrina sobre fato gerador, base de cálculo e alíquota, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor do seguro deve ser incluído na base de cálculo do ICMS, pois todo encargo suportado pelo tomador da prestação integra automaticamente a operação tributável.
- (B) O ICMS incide sobre o valor total da fatura, independentemente da natureza jurídica dos itens cobrados, desde que relacionados à operação mercantil.
- (C) A inclusão de valores de seguro contratado por iniciativa do contribuinte na base de cálculo do ICMS sobre transporte viola o princípio da legalidade e o critério da vinculação direta ao fato gerador.
- (D) A jurisprudência admite a inclusão do seguro na base do ICMS desde que ele seja contratado por exigência legal ou norma da agência reguladora do setor.
- (E) O fato gerador do ICMS sobre transporte ocorre na contratação do seguro, pois este integra a cadeia logística da operação tributável.

Questão 46

Durante auditoria interna, o jurídico de uma autarquia federal identifica que parte dos procedimentos de cobrança de créditos tributários vinha sendo realizada com base em um parecer normativo da Receita Federal, ainda não convertido em norma geral. O Procurador-Chefe questiona se esse tipo de ato tem força vinculante suficiente para fundamentar a atuação da administração tributária no lançamento de ofício.

Com base no conceito de fontes formais do Direito Tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O parecer normativo não constitui fonte formal primária, e não pode fundamentar o lançamento tributário, salvo se incorporado por lei ou regulamento validamente expedido.
- (B) Atos administrativos internos da Administração Tributária, como pareceres normativos, são equivalentes à lei ordinária no plano das fontes formais, desde que editados por autoridade competente.
- (C) Pareceres normativos vinculam apenas os servidores da administração tributária, mas têm força de lei quanto à exigência de tributos perante os contribuintes.
- (D) A Administração pode se apoiar exclusivamente em pareceres normativos para promover a cobrança de tributos, desde que estes estejam em consonância com princípios constitucionais tributários.
- (E) Os pareceres normativos da Receita Federal são considerados fontes formais primárias, desde que contenham interpretação extensiva ou integrativa da norma tributária aplicável.

Questão 47

Em razão de estado de calamidade pública reconhecido por decreto legislativo, a União edita medida provisória em dezembro de 2025, criando uma nova contribuição sobre movimentações financeiras, com vigência imediata. O dispositivo estabelece que a arrecadação se destinará ao custeio das ações emergenciais, e que a nova contribuição incidirá retroativamente a outubro do mesmo ano. Um contribuinte propõe ação judicial questionando a exigência retroativa do tributo e sua instituição por medida provisória.

À luz dos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida provisória é instrumento inválido para instituição de tributos, pois apenas leis ordinárias e complementares possuem essa aptidão segundo o art. 150 da CF.
- (B) O princípio da legalidade tributária impede a instituição do tributo por medida provisória, mesmo em situações excepcionais como estado de calamidade pública.
- (C) A cobrança retroativa viola o princípio da irretroatividade tributária, e a instituição por medida provisória é admitida, desde que respeitados os princípios da anterioridade anual e, quando aplicável, da anterioridade nonagesimal.
- (D) A retroatividade da contribuição é admitida se houver justificativa de excepcional interesse público e previsão expressa em norma constitucional transitória.
- (E) A medida provisória pode instituir tributo com efeitos imediatos, inclusive retroativos, quando for necessário garantir a continuidade de serviços públicos essenciais.

Questão 48

Um município do interior celebra convênio com o Estado para a municipalização do trânsito local, assumindo as funções executivas de fiscalização e aplicação de penalidades. Tempos depois, a prefeitura institui por lei uma taxa de fiscalização de veículos com base no novo serviço prestado. O Ministério Público ajuíza Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando a competência municipal para instituir essa taxa.

Considerando o sistema tributário nacional e a repartição de competências tributárias, qual a posição juridicamente mais adequada?

- (A) O Município pode instituir validamente a taxa de fiscalização de veículos, desde que prevista em convênio com o Estado e limitada aos custos da atividade administrativa.
- (B) A taxa é válida, pois a prestação de qualquer serviço público específico e divisível justifica a instituição de tributo, independentemente da origem da competência administrativa.
- (C) Desde que a União e o Estado concordem, o Município pode exercer competência tributária atípica, com base no princípio federativo e na eficiência da gestão local.
- (D) A instituição da taxa pelo Município é inconstitucional, pois o poder de tributar deve observar a competência material e legislativa prevista na Constituição, e a fiscalização de trânsito, mesmo delegada, não transfere a titularidade da competência tributária estadual.
- (E) A competência tributária é comum para todas as esferas federativas em matéria de taxas, desde que vinculadas a serviços prestados ou postos à disposição do contribuinte.

Questão 49

Um contribuinte de Alto Alegre dos Parecis questiona, junto ao setor de tributação municipal, a cobrança de uma taxa de licença para funcionamento. Alega que exerce atividade de baixo risco e que a fiscalização da Prefeitura nunca ocorreu, nem foi solicitada qualquer vistoria técnica. A autoridade tributária responde que a taxa é devida anualmente, independentemente da realização efetiva de atos de fiscalização, por se tratar de obrigação vinculada à regularidade do exercício da atividade econômica no território do Município.

Com base na Lei Complementar nº 65/2007, que institui o Código Tributário do Município de Alto Alegre dos Parecis, assinale a alternativa correta.

- (A) A taxa de licença é indevida se não houver fiscalização efetiva, pois depende da contraprestação direta e específica de um serviço administrativo.
- (B) A ausência de vistoria técnica gera automaticamente a inexigibilidade da taxa, pois esta possui natureza de serviço público divisível e não de poder de polícia.
- (C) A lei municipal prevê isenção automática da taxa de licença para atividades classificadas como de baixo risco pela legislação federal ou estadual.
- (D) A taxa de licença para localização e funcionamento é devida pela simples possibilidade de exercício do poder de polícia, independentemente da efetiva fiscalização ou vistoria do estabelecimento.
- (E) A taxa só pode ser exigida após ato administrativo individual autorizando o funcionamento da atividade econômica em cada exercício fiscal.

Questão 50

Uma empresa em recuperação judicial firmou parcelamento de débitos fiscais com a Fazenda Estadual. Após três meses de inadimplência, a Procuradoria ajuizou execução fiscal com base na certidão de dívida ativa já existente. A defesa sustenta que o crédito está com exigibilidade suspensa e que o parcelamento ainda não foi formalmente rescindido.

Diante dessa situação, com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A formalização do parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito, tratando-se apenas de causa interruptiva da prescrição.
- (B) A exigibilidade do crédito tributário permanece suspensa durante a vigência do parcelamento, e sua simples inadimplência não autoriza o imediato ajuizamento da execução fiscal sem prévia rescisão do acordo.
- (C) A inadimplência parcial em parcelamento fiscal importa em renúncia tácita à suspensão da exigibilidade e autoriza a execução imediata, independentemente de formalização da rescisão.
- (D) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito apenas se realizado antes da inscrição em dívida ativa e da lavratura da certidão correspondente.
- (E) O ajuizamento da execução é legítimo mesmo com parcelamento em curso, pois o CTN não trata da suspensão da exigibilidade como causa impeditiva da propositura da ação.